

A Democracia à Prova das Urnas:  
Elementos para um Programa de Pesquisa  
Sobre a Abstenção Eleitoral em  
Moçambique

Luis de Brito

Conference Paper nº 03

# **A Democracia à prova das urnas: elementos para um programa de pesquisa sobre a abstenção eleitoral em Moçambique**

Luís de Brito

IESE - Instituto de Estudos Económicos e Sociais

Av. Patrice Lumumba, 178 Maputo, Moçambique

+258 21328894 luis.brito@iese.ac.mz www.iese.ac.mz

Draft

Comunicação apresentada na Conferência Inaugural do IESE, Centro de Conferências das TDM, Maputo,  
19/9/2007

## INTRODUÇÃO

Se o voto é um dos fundamentos primeiros da legitimidade política dos governantes nos Estados modernos - e é por isso que, de um modo geral, mesmo os regimes autoritários e de partido único organizam eleições - a abstenção não pode deixar de ser vista como uma ameaça a essa legitimidade.<sup>1</sup> A abstenção manifesta o desengajamento dos cidadãos em relação ao sistema político e aparece como um sintoma de crise do processo democrático na razão proporcional da sua importância. A abstenção pode ser considerada “um aviso à classe política”, expressão de “uma crítica do sistema partidário” e manifestação do “desencontro entre a oferta eleitoral e as expectativas dos eleitores.”<sup>2</sup>

As transições políticas dos anos 1990 no continente africano deram origem a uma abundante literatura, mas os estudos eleitorais são relativamente raros, particularmente no que se refere à participação eleitoral e, sobretudo, à abstenção. Em geral, os trabalhos existentes concentram-se numa perspectiva comparatista, como por exemplo os estudos de Daniel Young (“A Close-Up of Voter Turnout: Survey Data from Africa”), de Michelle Kuenzi e Gina Lambright (“Voter Turnout in Africa’s Multiparty Regimes”), ou de Staffan Lindberg (“The Democratic Qualities of Competitive Elections: Participation, Competition and Legitimacy in Africa”), sendo os estudos monográficos dedicados à abstenção nas eleições africanas são virtualmente inexistentes.

No que diz respeito às eleições moçambicanas, apenas dois estudos foram publicados sobre o assunto, sendo o primeiro dedicado à abstenção nas eleições municipais de 1998 e o segundo à abstenção nas eleições gerais de 2004.<sup>3</sup> Apesar destas tentativas iniciais, a questão da abstenção continua ainda a suscitar inúmeras interrogações. Pretende-se nesta comunicação apresentar as principais questões que se colocam a propósito da abstenção em Moçambique e identificar alguns elementos para a definição de um programa de pesquisa sobre o assunto. Para tal, em primeiro lugar, situamos a abstenção registada nas eleições moçambicanas no contexto da evolução da abstenção nalguns países da região da África Austral para os quais existem dados disponíveis; em segundo lugar, apresentamos brevemente a evolução da abstenção nas eleições gerais moçambicanas; finalmente, apresentamos uma série de

---

<sup>1</sup> Note-se no entanto que é frequentemente nos regimes políticos autoritários que se observam as mais baixas taxas de abstenção, o que significa que a abstenção em si mesma, considerada fora do contexto político e social concreto em que acontece, não pode ser considerada como indicador suficiente da democraticidade de um regime ou sistema político.

<sup>2</sup> Françoise Subileau, “L’abstencionnisme: apolitisme ou stratégie ?”, in Nonna MAYER (dir.), *Les Modèles explicatifs du vote*, p. 258.

<sup>3</sup> Nomeadamente: Carlos Serra (dir.), *O Eleitorado Incapturável*, e Brazão Mazula (dir.), *Voto e Urna de Costas Voltadas: Abstenção Eleitoral 2004*, Maputo, Livraria Universitária, 2006.

aspectos que deveriam merecer atenção particular numa pesquisa que se afigura necessária e urgente, tendo como ponto de partida as limitações dos estudos até agora realizados.

## PARTICIPAÇÃO ELEITORAL NA ÁFRICA AUSTRAL: A EXCEPÇÃO MOÇAMBICANA

As eleições pluralistas são uma experiência recente em Moçambique e na região, mas depois de alguns processos eleitorais<sup>4</sup> é possível observar algumas tendências contraditórias. Um grupo de países (África do Sul, Botswana, Tanzânia e Zâmbia) mostra uma tendência para a convergência da taxa de participação em valores situados entre os 70% e os 80% (gráfico 1), sem que haja grande variação no nível de participação entre eleições. Ao contrário, verifica-se que há três países (Maláwi, Moçambique e Namíbia) onde a participação apresenta variações brutais de eleição para eleição. Porém, a tendência não é a mesma para todos neste último grupo: no caso da Namíbia, depois de uma grande descida da participação de 76% para 63%, ela subiu para um nível muito elevado (85%); no caso do Maláwi registou-se primeiro um crescimento na participação de 80% para 92% e só depois um queda brusca para 60%; finalmente, no caso de Moçambique houve uma degradação contínua e intensa da participação, que passou de 88% nas eleições de 1994, para 68% nas eleições de 1999 e desceu ainda mais em 2004, para 36%.<sup>5</sup>

Na Namíbia, as eleições de 1999 foram marcadas por um contexto de crise política e de conflitos internos da SWAPO provocados em 1998 pela decisão da Assembleia, dominada por este partido, de modificar a Constituição por forma a permitir um terceiro mandato presidencial para o seu líder, Sam Nujoma. É razoável colocar a hipótese que a abstenção elevada registada nas eleições de 1999 terá sido em grande parte um reflexo das divisões internas do partido dominante que levaram à candidatura presidencial, em concorrência com Nujoma, de Ben Ulenga, um antigo membro do governo e da SWAPO.<sup>6</sup>

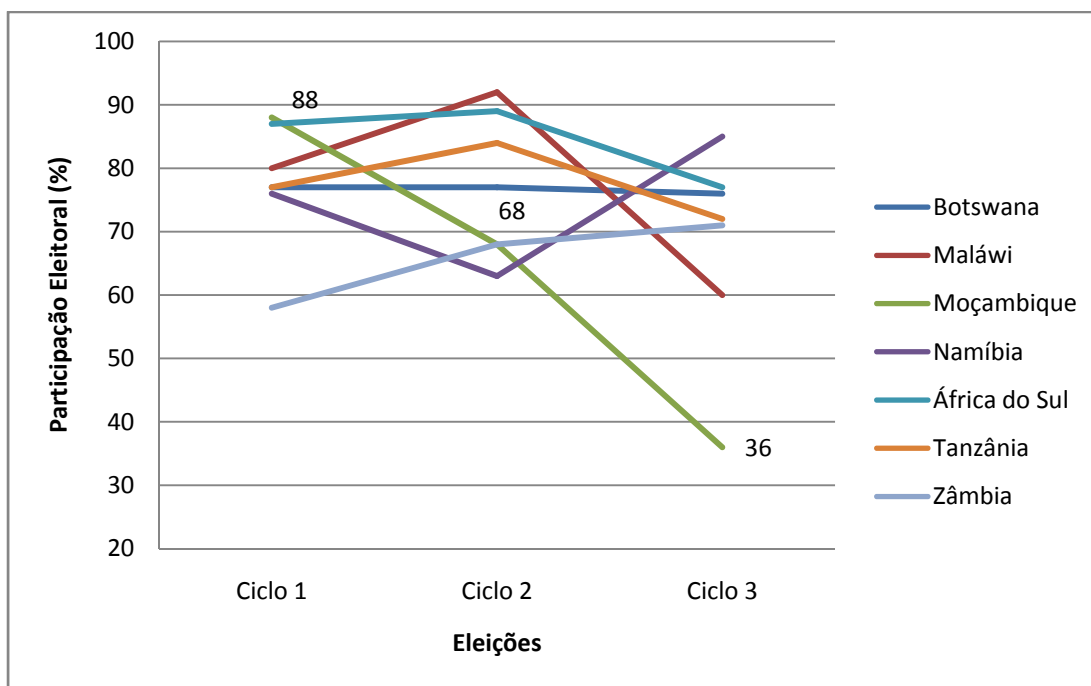
---

<sup>4</sup> Consideram-se aqui apenas as eleições de nível nacional, legislativas e/ou presidenciais.

<sup>5</sup> Este é o número oficial, mas deve ser encarado com reserva. Contrariamente às eleições de 1994 e de 1999, que foram precedidas de recenseamentos eleitorais, nas eleições de 2004 foi usado o recenseamento de 1999 acrescido de actualizações feitas em 2003 e 2004. Isto resultou numa sobrestimação do eleitorado, principalmente devido a múltiplas inscrições e à não eliminação das listas eleitorais dos cidadãos entretanto falecidos. Para além das inscrições múltiplas e da presença nas listas eleitorais de cidadãos que entretanto morreram, existe ainda um outro factor que provoca erros no número oficial de votantes, a contagem repetida do mesmo eleitor a partir dos cadernos eleitorais das brigadas móveis de recenseamento. Considerando um crescimento normal (alinhado pelo crescimento médio anual da população geral, de cerca de 2,5%) do eleitorado entre 1999 e 2004, haveria cerca de 8 milhões de eleitores e a abstenção situar-se-ia na realidade à volta de 58%.

<sup>6</sup> Ver Tom Lodge, "The Namibian Elections of 1999".

**Gráfico 1 - Evolução da participação eleitoral na África Austral <sup>7</sup>**



No Maláwi, as eleições de 2004 tiveram lugar num ambiente de grande tensão entre as forças políticas em competição e foram marcadas não só por um adiamento de dois dias, devido a uma queixa submetida pela maior coligação da oposição ao Tribunal Supremo, mas também por problemas das listas eleitorais e pela fraqueza da administração eleitoral.<sup>8</sup> Também neste caso se pode considerar a hipótese da abstenção ter sido em grande parte resultante de factores conjunturais, nomeadamente da confusão política provocada pela má administração do processo e pelo adiamento do escrutínio.

Contrariamente aos países acima referidos, em Moçambique o problema da abstenção coloca-se de forma diferente. Neste caso, o crescimento da abstenção não só é mais intenso, mas aparece em forma linear, isto é, a redução tem sido permanente desde as primeiras eleições. Apesar da tensão política e das divergências que têm sempre oposto a Frelimo e a Renamo a propósito dos processos eleitorais, nenhuma crise política particularmente intensa marcou a organização e realização das eleições em 1999 e 2004. Assim, o optimismo de Lindberg (2003), para quem os resultados da análise de um grande número de processos eleitorais mostram que não há uma tendência para o declínio da qualidade das

<sup>7</sup> O ciclo 1 inclui eleições realizadas em 1994, 1995 e 1996, o ciclo 2 eleições de 1999, 2000 e 2001 e o ciclo 3 eleições que tiveram lugar em 2004, 2005 e 2006.

<sup>8</sup> Ver J. Wiseman, "Presidential and parliamentary elections in Malawi, 1999".

eleições recentes em África,<sup>9</sup> dificilmente se poderá aplicar a Moçambique, onde a tendência observada é de fraca participação do eleitorado.

Em termos regionais, se excluirmos Moçambique, a variação na taxa média de participação é relativamente pequena (76% para as eleições do ciclo 1, 79% para o ciclo 2 e 75% para o ciclo 3), havendo no entanto uma abstenção suficientemente importante para justificar um trabalho de pesquisa. Ninguém pode dizer neste momento se se trata de uma abstenção estrutural, isto é sistemática e essencialmente protagonizada pelos mesmos grupos sociais (e quais?), ou de uma abstenção principalmente intermitente, resultante da forma como os eleitores encaram os “enjeux” de cada eleição particular.

#### MOÇAMBIQUE: CAMINHANDO PARA UMA DEMOCRACIA SEM ELEITORES?

A abstenção registada nas primeiras eleições multipartidárias de Moçambique, em 1994, foi particularmente baixa (12%). Estas eleições, para além de terem consagrado a posição dominante dos dois antigos beligerantes, com uma ligeira vantagem para a Frelimo (39% dos votos expressos) sobre a Renamo (33% dos votos expressos), revelaram a geografia da influência destes partidos, cada um dispondo de zonas de hegemonia onde obteve votações acima de 70%. A hegemonia da Frelimo manifestou-se nas três províncias do Sul (Maputo, Gaza e Inhambane), nas duas províncias do extremo Norte, que tinham sido os santuários da luta de libertação nacional e das “zonas libertadas” (Cabo Delgado e Niassa) e ainda em algumas regiões das províncias de Nampula e Tete. Por seu lado, a hegemonia da Renamo verificou-se nas províncias do Centro (Sofala e Manica), assim como em vastas regiões de Tete, da Zambézia e de Nampula.<sup>10</sup>

As áreas de influência dos dois grandes partidos que se manifestaram com as eleições de 1994 mativeram-se no essencial nas eleições subsequentes, embora com um nítido recuo da Renamo em termos de votação em 2004. Em 1999, a relação de forças entre os partidos em termos de apoio eleitoral manteve-se relativamente estável com uma pequena subida para a Frelimo (42% dos votos expressos para a Frelimo e 33% para a Renamo-União Eleitoral), embora acompanhada de um crescimento substancial da abstenção, que subiu para 32%. Em 2004, a Frelimo ganhou uma vantagem considerável em relação à Renamo (56% dos votos expressos para a Frelimo e apenas 27% para a Renamo-União Eleitoral), num contexto de aceleração da abstenção que atingiu os 64%. A abstenção foi mais intensa nos territórios onde a Renamo tem a sua principal base eleitoral e afectou este partido muito mais que a Frelimo (ver gráficos 2, 3 e 4, nos anexos).<sup>11</sup>

O facto de mais de metade do eleitorado ter aparentemente preferido não participar no escrutínio parece significar que um grande número de cidadãos não sente que o seu voto possa ter qualquer

<sup>9</sup> O estudo abrangeu 203 eleições, a maioria das quais realizadas entre 1990 e 2001. Os países da África Austral incluídos na amostra são: África do Sul, Angola, Botswana, Lesotho, Maláwi, Moçambique, Namíbia, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

<sup>10</sup> Ver Luís de Brito, *Cartografia Eleitoral de Moçambique - 1994*, Livraria Universitária, Maputo, 2000, pp. 8-15.

<sup>11</sup> Note-se a participação muito acima da média registada nas províncias de Tete e de Gaza (gráfico 4).

utilidade e, portanto, um sinal de disfuncionamento do sistema político. Embora a Renamo tenha sido o partido mais penalizado, a retirada massiva do eleitorado afecta também a Frelimo e fragiliza a legitimidade do seu governo. A tabela 2 mostra a evolução do voto nas duas principais forças políticas do país como percentagem do eleitorado, que no início do processo multipartidário representavam cerca de três quartos dos eleitores e nas últimas eleições passaram a representar apenas pouco mais de um terço do eleitorado (tendo em consideração que o número de eleitores está sobrestimado em cerca de 10%, como já foi referido).

Tabela 1 - Votação dos partidos como percentagem dos eleitores

| Eleição | Frelimo | Renamo | Frelimo + Renamo* |
|---------|---------|--------|-------------------|
| 1994    | 39%     | 33%    | 72%               |
| 1999    | 28%     | 22%    | 50%               |
| 2004    | 21%     | 10%    | 31%               |

\* Renamo-União Eleitoral em 1999 e 2004.

A abstenção extrema que se observa em Moçambique constitui não só um problema político de grande relevo, como também um desafio à pesquisa. Que factores contribuem para que a oferta política do sistema e dos partidos seja tão desajustada das expectativas dos eleitores a ponto de uma maioria se abster de participar no jogo eleitoral e, por consequência, de desempenhar um papel na escolha do governo e da orientação política do país? Aparentemente, passada a euforia da paz reencontrada, o discurso e a acção política não respondem minimamente aos problemas sentidos como mais importantes pelos cidadãos.<sup>12</sup>

## ALGUMAS QUESTÕES E DIRECÇÕES DE PESQUISA

A questão da abstenção nas eleições gerais moçambicanas não foi ainda verdadeiramente estudada, apesar de terem sido realizados dois inquéritos, ambos por questionário, que abordaram o assunto: o inquérito pós-eleitoral do Comparative National Elections Project (CNEP)<sup>13</sup> e o inquérito sobre a abstenção de 2004 do Centro de Estudos de Democracia e Desenvolvimento (CEDE).<sup>14</sup>

<sup>12</sup> Os problemas sistematicamente apontados com maior destaque pelos cidadãos em vários inquéritos de opinião pública realizados nos últimos anos são o “desemprego”, a “pobreza” e a “fome”. Problemas relativos ao acesso à água, à saúde, à educação e ao transporte, onde se concentra uma boa parte da acção estatal e do investimento público, aparecem com um peso muito menor.

<sup>13</sup> Do inquérito CNEP, realizado em Junho/Julho de 2005, foi até ao momento apenas produzido um breve relatório publicado pelo EISA: Luis de Brito, João C. G. Pereira, Domingos do Rosário e Sandra Manuel, “Formação do voto e comportamento eleitoral dos Moçambicanos em 2004”.

<sup>14</sup> O estudo do CEDE, cujo trabalho de campo foi realizado entre Fevereiro e Abril de 2006, resultou na publicação de um livro: Brazão Mazula (dir.), *Voto e urna de costas voltadas: abstenção eleitoral 2004*.

O projecto CNEP abrange vários países da Europa, das Américas, da Ásia e da África. O questionário do CNEP desenvolve-se à volta de questões relativas às instituições e processos de intermediação entre os cidadãos e o mundo político, destinadas a compreender como é que os eleitores formam as suas opiniões políticas e as traduzem no voto, mas inclui perguntas sobre identificação partidária, apoio partidário e voto dos inquiridos, que indirectamente poderiam dar informação relevante para a análise da abstenção.

Não obstante o questionário ter sido aplicado a uma amostra nacional representativa da população maior de 18 anos, a informação relativa às perguntas relevantes para a questão da abstenção revelou-se decepcionante, pois de acordo com os dados recolhidos a participação eleitoral teria sido de 87% , a votação em favor da Frelimo de 76% e apenas 7% em favor da Renamo, com uma taxa de não-respostas de 16%. A diferença entre estes valores e a realidade é significativa, especialmente no que se refere à participação e ao voto em favor da Renamo, o que só pode ser compreendido como receio dos eleitores de reconhecerem por um lado que não votaram e, por outro, que votaram no partido da oposição. Nestas condições torna-se praticamente impossível fazer uma análise sobre a abstenção e quem são os abstencionistas com base nos dados recolhidos neste inquérito.

Ao contrário do inquérito CNEP, o do CEDE foi concebido especificamente para estudar a abstenção registada nas eleições de 2004. Este estudo apresenta uma série de problemas metodológicos, nomeadamente no que diz respeito à amostra usada para a sua componente quantitativa. Embora tenha sido definida de modo a corresponder à distribuição proporcional dos eleitores por província, a amostra não é representativa da população eleitoral, tendo as áreas de inquérito sido estabelecidas de acordo com diferentes critérios, nomeadamente o facto de serem ou não municípios e de terem registado valores altos de abstenção.

Apesar do questionário usado ter sido muito elementar, de ter omissões e de apresentar erros na formulação de algumas questões, uma análise dos dados mais profissional poderia eventualmente ter produzido melhores resultados, sobretudo considerando que, contrariamente ao que aconteceu no inquérito CNEP, 38% dos inquiridos reconheceu não ter votado.<sup>15</sup> Por outro lado, a publicação inclui em anexo uma análise preliminar do processo eleitoral de 2004<sup>16</sup> feita por um grupo de investigadores que, sem pretender ser exaustiva, tem o mérito de dar uma visão de conjunto do processo eleitoral e de colocar as questões essenciais, nomeadamente uma série de hipóteses em relação à abstenção. Não obstante as deficiências apontadas, alguns dados apresentados no estudo merecem reflexão e uma eventual re-análise da informação disponível na linha das questões a seguir levantadas.

Quem são os abstencionistas? Os dados recolhidos pelo inquérito, relativos aos 38% que declararam não ter votado, permitem problematizar a relação entre o género e a abstenção. Existiam já indicações

---

<sup>15</sup> O facto de não se tratar de uma amostra representativa da população eleitoral não seria um impedimento para uma exploração dos dados recolhidos dos abstencionistas declarados (cerca de 450) capaz de proporcionar um melhor entendimento sobre quem são eles do ponto de vista sociológico e as razões da sua exclusão do processo eleitoral.

<sup>16</sup> Trata-se de “Eleições 2004 - resultados, processos, instituições e consequências”, um texto de Bernhard Weimer, Nobre Canhanga, Anne Gloor e Sónia Massangaia.



segundo as quais terá havido nas últimas eleições uma maior participação das mulheres: em 65% das mesas de voto cujas actividades foram acompanhadas por agentes do Observatório Eleitoral, foi registado que a maioria dos eleitores eram mulheres.<sup>17</sup> Considerando que a amostra das mesas seleccionadas para observação foi representativa a nível nacional, este teria sido o padrão geral. De acordo com os resultados do estudo neste aspecto, 62% dos inquiridos que declararam ter votado são do sexo feminino. Ora, tal tendência contraria, pelo menos aparentemente, a tese clássica segundo a qual existe uma maior tendência para a abstenção no seio dos grupos sociais “politicamente mais incompetentes”, ou seja entre os mais desfavorecidos das classes populares e, em geral, das mulheres.<sup>18</sup> Dizemos aparentemente porque na sua versão clássica esta teoria defende que uma das faces da abstenção é um efeito de dominação sobre os grupos que ocupam as posições mais baixas na hierarquia social, traduzindo-se pela sua auto-exclusão do processo político, mas ela foi desenvolvida no contexto de sociedades democráticas em que o sentimento da liberdade individual e do seu exercício é generalizado. Ao contrário, no contexto de sociedades com um passado político autoritário e onde a alternância no poder nunca aconteceu esse sentimento de liberdade ainda não existe de forma generalizada, o que provoca que seja exactamente no seio dos grupos sociais mais educados e informados que se verifique uma maior incidência do abstenção. O estudo não explora de forma integrada a relação entre a posição social dos inquiridos e a abstenção, o que poderia um maior contributo para a compreensão do problema.

Ainda de acordo com os resultados apresentados neste estudo, 61% dos inquiridos manifestaram a opinião que o governo não cumpre as promessas. Esta opinião poderia ser considerada hipoteticamente como um dos factores de motivação da abstenção, mas a questão não é analisada. No entanto, existe uma indicação forte no sentido de considerar este tipo de avaliação negativa sobre o desempenho do governo como um factor de abstenção na cidade de Maputo. Com efeito pode-se ver uma relação entre o facto de Maputo apresentar o valor mais alto de avaliação negativa do governo em relação ao cumprimento das promessas eleitorais (79%) e de 77% de inquiridos nesta cidade terem considerado que o voto não muda nada, e o facto de ter perdido um mandato na composição da Assembleia da República de 1994 para 1999, que só se explica devido à não inscrição de potenciais eleitores (o que é também uma forma de abstenção).<sup>19</sup>

A relação entre a qualidade e transparência da administração eleitoral e a abstenção é também um tema que mereceria ser melhor explorado. A existência de uma associação positiva entre a percepção de integridade eleitoral e a propensão de votar foi constatada num estudo comparativo que usou informação de 31 eleições em diferentes países e parece fazer sentido no caso moçambicano.<sup>20</sup> De acordo com os dados do inquérito do CEDE, 32% dos inquiridos afirmaram não acreditar no trabalho da

---

<sup>17</sup> Os observadores registaram o voto de mais mulheres que homens em 350 de um total de 539 mesas para as quais foi recolhida esta informação.

<sup>18</sup> Ver, por exemplo, Daniel Gaxie, *Le cens caché - Inégalités culturelles et ségrégation politique*, Paris, Editions du Seuil, 1978, pp. 208-228.

<sup>19</sup> Dada a dinâmica da urbanização e do crescimento da população da cidade de Maputo, esta é a única explicação possível para este círculo eleitoral ter reduzido o número de mandatos a que tinha direito.

<sup>20</sup> Sarah Birch, “Perceptions of Electoral Fairness and Voter Turnout”.

Comissão Nacional de Eleições (CNE) e do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) e houve 25% que responderam não saber.

Para além destas questões suscitadas pelos inquéritos CNEP e CEDE, outros inquéritos podem igualmente contribuir para a pesquisa sobre a abstenção, nomeadamente os inquéritos de opinião pública de 1997, 1999 e 2001, e os inquéritos da rede Afrobarómetro, de 2002 e 2005.<sup>21</sup> Por exemplo, o inquérito de 2001 mostrou que para 37% dos inquiridos os políticos não se preocupam com o que os cidadãos pensam, mas esta percentagem é de 60% na província de Nampula, onde se viria a registar a maior taxa de abstenção em 2004.<sup>22</sup>

A exploração de dados eleitorais agregados também pode contribuir para a compreensão da abstenção. O desenvolvimento de uma cartografia eleitoral das eleições de 1999 e de 2004, como a que foi feita para as eleições de 1994,<sup>23</sup> pode ser de grande utilidade. Ela permite, por exemplo, obter uma visão da evolução dos territórios políticos definidos pelas áreas de influência dominante de cada uma das forças políticas e verificar se a estrutura nacional do voto identificada como tal em 1994 se mantém apesar da alteração da relação de forças entre a Frelimo e a Renamo observada nas últimas eleições. Será que a Frelimo consolidou a sua vitória com base na mobilização de uma parte do eleitorado que anteriormente tinha votado em favor da Renamo? Os dados disponíveis parecem contradizer esta ideia e a cartografia pode ajudar a clarificar a questão. Com efeito, eles indicam a existência de uma abstenção que atinge de maneira diversa as duas forças políticas em competição.

Como se pode ver na tabela 2, enquanto a Frelimo viu os seus eleitores reduzirem-se de um pouco mais de dois milhões em 1994 para perto de um milhão e novecentos mil em 2004, a Renamo sofreu no mesmo período uma redução de um milhão e oitocentos mil eleitores para novecentos mil, ou seja, perdeu metade do seu eleitorado inicial. Por outro lado, a abstenção foi superior à média nos dois maiores círculos eleitorais do país (Nampula e Zambézia), que constituíam a principal reserva de votos da Renamo.

Tabela 2 - Eleitores que votaram pelos dois principais partidos

| Eleição | Votos Frelimo | Votos Renamo |
|---------|---------------|--------------|
| 1994    | 2.115.793     | 1.803.506    |
| 1999    | 1.985.261     | 1.579.487    |
| 2004    | 1.889.054     | 905.289      |

Admitindo a hipótese da existência efectiva de uma abstenção diferencial, com a Renamo a perder uma maior parte dos seus eleitores, então, para além de uma explicação para o crescimento geral da

<sup>21</sup> Todos os inquéritos foram efectuados pelo Centro de Estudos da População da Universidade Eduardo Mondlane.

<sup>22</sup> Já nas eleições autárquicas de 2003 a cidade de Nampula se tinha destacado pela mais baixa participação eleitoral: apenas 14% dos eleitores votaram (contra a média nacional de 25%).

<sup>23</sup> Ver Luis de Brito, *op.cit.*

abstenção, será necessário igualmente procurar compreender que factores estão na origem desse processo. Assim, qual poderá ter sido o peso de uma desmobilização depois de uma série de derrotas eleitorais que terão alimentado a ideia de que não seria possível a mudança do governo;<sup>24</sup> ou peso do efeito de uma ausência ou fraqueza de trabalho político da Renamo junto das suas bases; ou o peso da sua incapacidade de se colocar perante os eleitores como alternativa realista ao poder actual; ou ainda o peso da desorganização técnica dos serviços de administração eleitoral que trocaram em muitos casos os cadernos eleitorais, impedindo assim esses eleitores de votar?<sup>25</sup>

A complexidade da abstenção eleitoral e a multiplicidade de factores em jogo, frequentemente exercendo influências contraditórias e dependentes das trajectórias históricas específicas de cada país – e nalguns casos até do contexto particular de cada eleição –, justificam uma abordagem multifacetada do problema.

Um programa de estudo sobre a participação/abstenção eleitoral em Moçambique deveria tomar três direcções complementares.<sup>26</sup> Em primeiro lugar, deveria, por um lado, ser aprofundada a análise dos dados dos inquéritos CNEP e CEDE (mas também a exploração dos dados existentes de outros inquéritos de opinião pública feitos no país) e, por outro, ser desenvolvido um novo inquérito, tirando as lições dos problemas metodológicos e técnicos dos anteriores inquéritos, particularmente no que diz respeito ao tipo e desenho da amostra, aos assuntos a incluir no questionário e à formulação das perguntas.<sup>27</sup> Em segundo lugar, deveria ser promovida uma abordagem de natureza qualitativa destinada a investigar de

---

<sup>24</sup> Note-se que dada a organização centralizada e ainda centralista do Estado moçambicano, o voto maioritário da oposição numa província não resulta em nenhuma forma de participação na governação local (e a eleição em breve das assembleias provinciais e considerando os poderes que lhes são atribuídos, não só não vai resolver este tipo de problema, mas poderá mesmo ser fonte de novos conflitos).

<sup>25</sup> É um facto que a troca de cadernos eleitorais foi reportada pelos meios de comunicação com um certo relevo para as províncias como Nampula e Zambézia, mas parece pouco provável que isso fosse suficiente para mudar significativamente os resultados eleitorais. No entanto a questão não deve ser excluída em termos de pesquisa, tanto mais que há indicações suficientes de ter existido fraude (ballot stuffing) nalgumas zonas, particularmente nas províncias de Tete e Gaza, embora sem impacto significativo nos resultados eleitorais. Ver a propósito o artigo de Joe Hanlon e Sean Fox: “Identifying Fraud in Democratic Elections: a case study of the 2004 Presidential Elections in Mozambique”.

<sup>26</sup> A integração de diferentes abordagens pode ser orientada pela proposta metodológica de Richard Sinnott (“Electoral participation/abstention: a framework for research and policy-development”), que procurou sistematizar diferentes contribuições da literatura sobre participação e abstenção e elaborar um modelo capaz de servir não só para o estudo do problema, mas que fosse também útil para a formulação de políticas e definição de prioridades visando a promoção da participação eleitoral. Este autor distingue os factores que afectam a participação/abstenção em termos de facilitação e mobilização e articula-os a dois níveis, institucional e individual: a facilitação refere-se a qualquer processo ou variável que torna o voto mais fácil e a mobilização a qualquer processo ou variável que produz um incentivo para votar, ou seja, os factores de mobilização, ou motivacionais, situam-se ao nível da ideologia, das atitudes políticas e da eficiência, enquanto os factores de facilitação se referem aos aspectos que possam influenciar o comportamento eleitoral independentemente das motivações. Assim, uma alta facilitação terá como resultado reduzir a abstenção e, inversamente, um baixo nível de facilitação tenderá a aumentá-la. Da mesma maneira, uma alta mobilização favorecerá o voto e uma baixa mobilização reduzi-lo-á.

<sup>27</sup> A existência em 2008 e 2009 de um ciclo de quatro eleições de tipo diferente (provinciais e autárquicas em 2008 e legislativas e presidenciais em 2009) constitui uma oportunidade para a aplicação sistemática de um inquérito baseado num questionário redesenhado.

forma mais aprofundada aspectos relacionados com as representações que os cidadãos têm da política, dos partidos, das eleições e do voto, como forma de aceder a uma melhor compreensão da cultura política existente e da sua influência no processo eleitoral (alguns trabalhos de natureza quantitativa sobre a questão de como os Africanos percebem os contornos dos novos regimes políticos democráticos e em particular o seu próprio papel enquanto cidadãos, já foram realizados com base nos dados do Afrobarómetro, mas a importância desta temática justifica uma abordagem mais aprofundada que só é possível com recurso a metodologias de tipo qualitativo).<sup>28</sup> Em terceiro lugar, deveria ser desenvolvida a análise dos dados agregados (produzidos pela CNE e STAE) a diferentes níveis, incluindo a produção de representações cartográficas do voto e da abstenção nas diferentes eleições nacionais, particularmente útil para proporcionar uma imagem sintética dos resultados eleitorais com referência ao território físico e para identificar áreas que justificariam uma atenção especial durante o processo da pesquisa.

#### NOTA FINAL

Uma hipótese de trabalho de índole muito geral informa a perspectiva de análise aqui proposta. A exceção Moçambicana em termos de participação eleitoral no contexto da África Austral parece decorrer essencialmente da radicalização de um descontentamento político dos eleitores. Este descontentamento pode ser analisado como uma afirmação, ainda que paradoxal, de cidadania frente a um Estado de tipo “autista” e a um sistema de partidos, que, em vez de procurarem responder às demandas dos cidadãos e de desenvolverem com eles uma verdadeira relação política de representação e de “accountability”, se concentram na promoção de uma agenda desenvolvimentista e na gestão das relações com os doadores, donde provem o essencial dos recursos que permitem a sua reprodução política, social e económica.

---

<sup>28</sup> Ver o artigo de Michael Bratton e Carolyn Logan: “Voters, But Not Yet Citizens: The Weak Demand for Vertical Accountability in Africa’s Unclaimed Democracies”. Os inquéritos da rede Afrobarómetro em Moçambique têm sistematicamente registado que a maioria dos cidadãos têm uma concepção predominantemente paternalista do poder (“o governo é pai”).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIRCH, Sarah, “Perceptions of Electoral Fairness and Voter Turnout”, comunicação apresentada à reunião annual da American Political Science Association, Marriott Wardman Park, Omni Shoreham, Washington Hilton, Washington, DC, Sep 01, 2005 ([http://www.allacademic.com/meta/p41410\\_index.html](http://www.allacademic.com/meta/p41410_index.html)).
- BRATTON, Michael, Carolyn LOGAN, “Voters, But Not Yet Citizens: The Weak Demand for Vertical Accountability in Africa’s Unclaimed Democracies”, Afrobarometer Working Paper nº 63, September 2006.
- BRITO, Luís de, *Cartografia Eleitoral de Moçambique - 1994*, Livraria Universitária, Maputo, 2000.
- BRITO, Luis de, João C. G. PEREIRA, Domingos do ROSÁRIO e Sandra MANUEL, “Formação do voto e comportamento eleitoral dos Moçambicanos em 2004”, Maputo, EISA, Série Textos e Documentos, Nº 1, 2006.
- GAXIE, Daniel, *Le cens caché - Inégalités culturelles et ségrégation politique*, Paris, Editions du Seuil, 1978.
- HANLON, Joe, Sean FOX, “Identifying Fraud in Democratic Elections: a case study of the 2004 Presidential Elections in Mozambique”, London School of Economics, Crisis States Research Centre, Crisis States Working Papers Series Nº 2, working paper nº 8, December 2006.
- KUENZI, Michelle, Gina M. S. LAMBRIGHT, “Voter Turnout in Africa’s Multiparty Regimes”, in *Comparative Political Studies*, Vol. 40, Nº 6 (June 2007), pp. 665-690.
- LINDBERG, Staffan I., “The Democratic Qualities of Competitive Elections: Participation, Competition and Legitimacy in Africa”, in *Commonwealth & Comparative Politics*, Vol. 41, Nº 3 (November 2003), pp.61–105.
- LODGE, Tom, “The Namibian Elections of 1999”, in *Democratization*, vol 8 nº 2 (2001), pp. 191-230.
- MAZULA, Brazão (dir.), *Voto e Urna de Costas Voltadas: Abstenção Eleitoral 2004*, Maputo, Livraria Universitária, 2006.
- SERRA, Carlos (dir.), *Eleitorado Incapturável*, Maputo, Livraria Universitária, 1999.
- SINNOTT, Richard, “Electoral participation/abstention: a framework for research and policy-development”, comunicação apresentada à primeira reunião plenária do FP5 *Changequal* network, Mannheim, 10-12 April 2003, (Fifth Framework Research Programme (1998-2002) – Democratic Participation and Political Communication in Systems of Multi-level Governance), (<http://www.ucd.ie/dempart/workingpapers/framework.pdf>).

SUBILEAU, Françoise, “L’abstencionnisme: apolitisme ou stratégie ?”, in Nonna MAYER (dir.), *Les Modèles explicatifs du vote*, Paris, L’Harmattan, 1997, pp. 245-267.

WISEMAN, J.A., “Presidential and parliamentary elections in Malawi, 1999”, in *Electoral Studies*, Vol. 19, Nº 4 (December 2000), pp. 637-646.

YOUNG, Daniel J., “A Close-Up of Voter Turnout: Survey Data from Africa”, comunicação apresentada à reunião annual da The Midwest Political Science Association, Palmer House Hilton, Chicago, Illinois, Apr 15, 2004, ([http://www.allacademic.com/meta/p82501\\_index.html](http://www.allacademic.com/meta/p82501_index.html)).

Gráfico 2 - Desvio da abstenção em relação à média - 1994

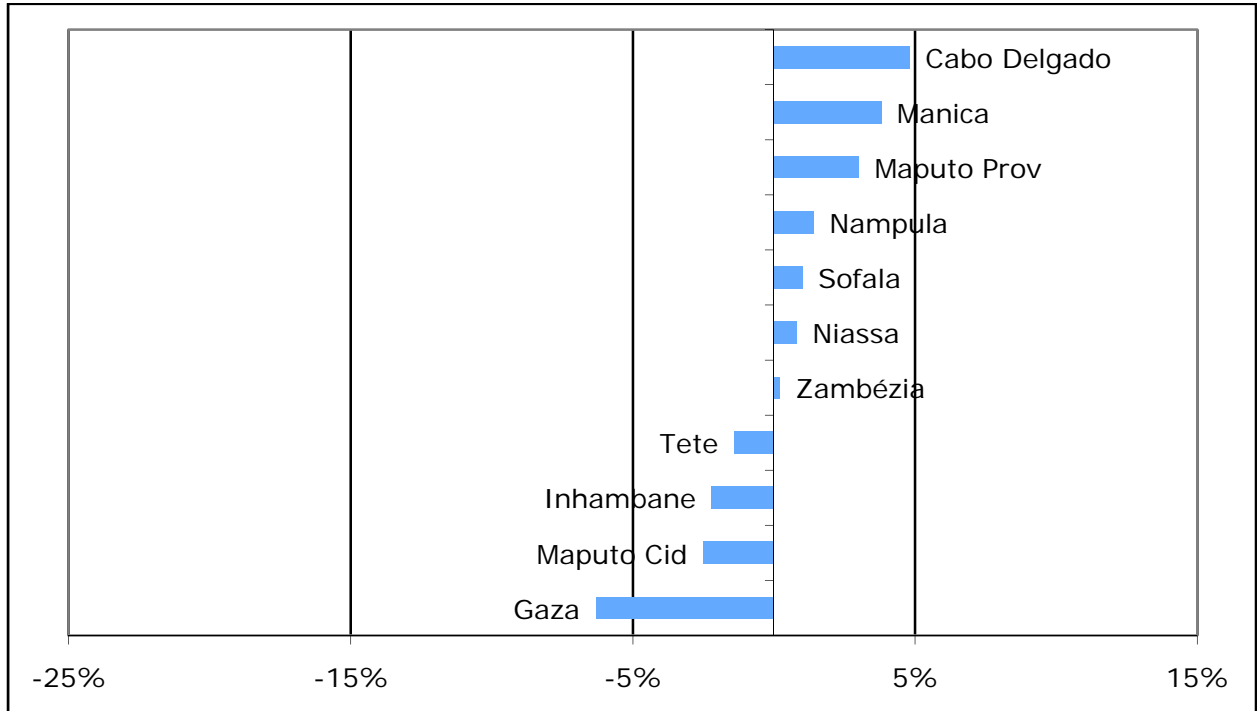


Gráfico 3 - Desvio da abstenção em relação à média - 1999

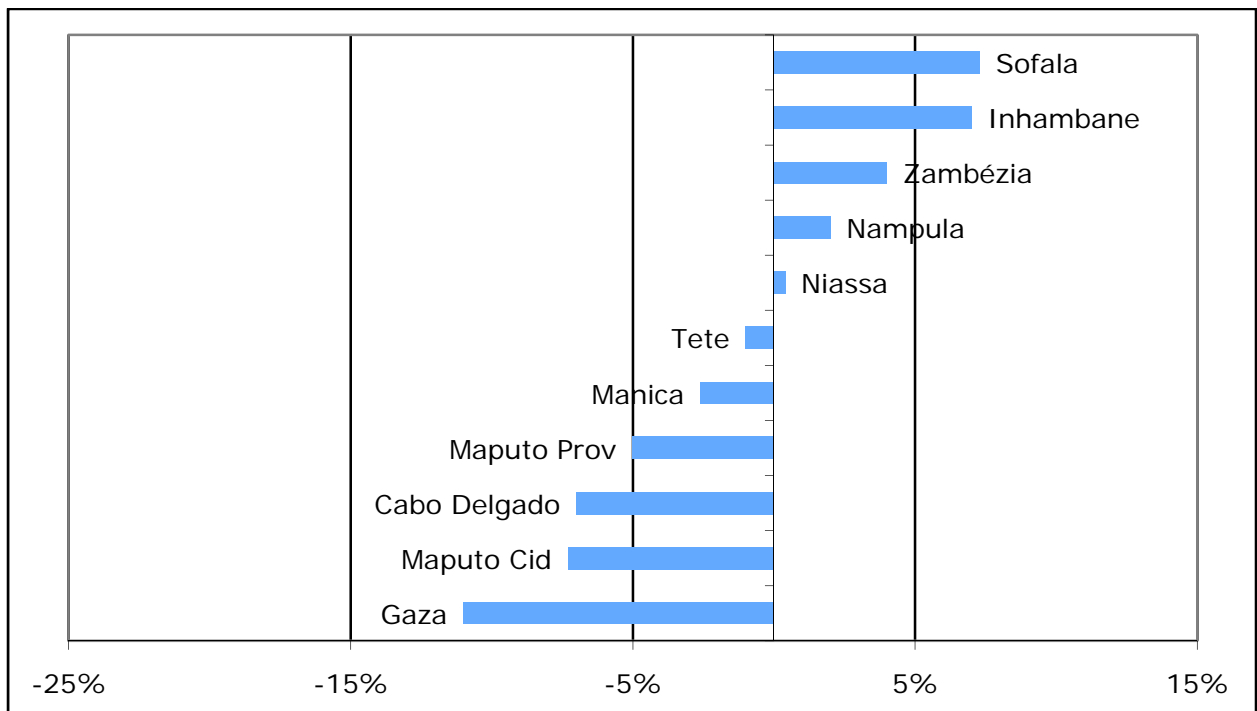
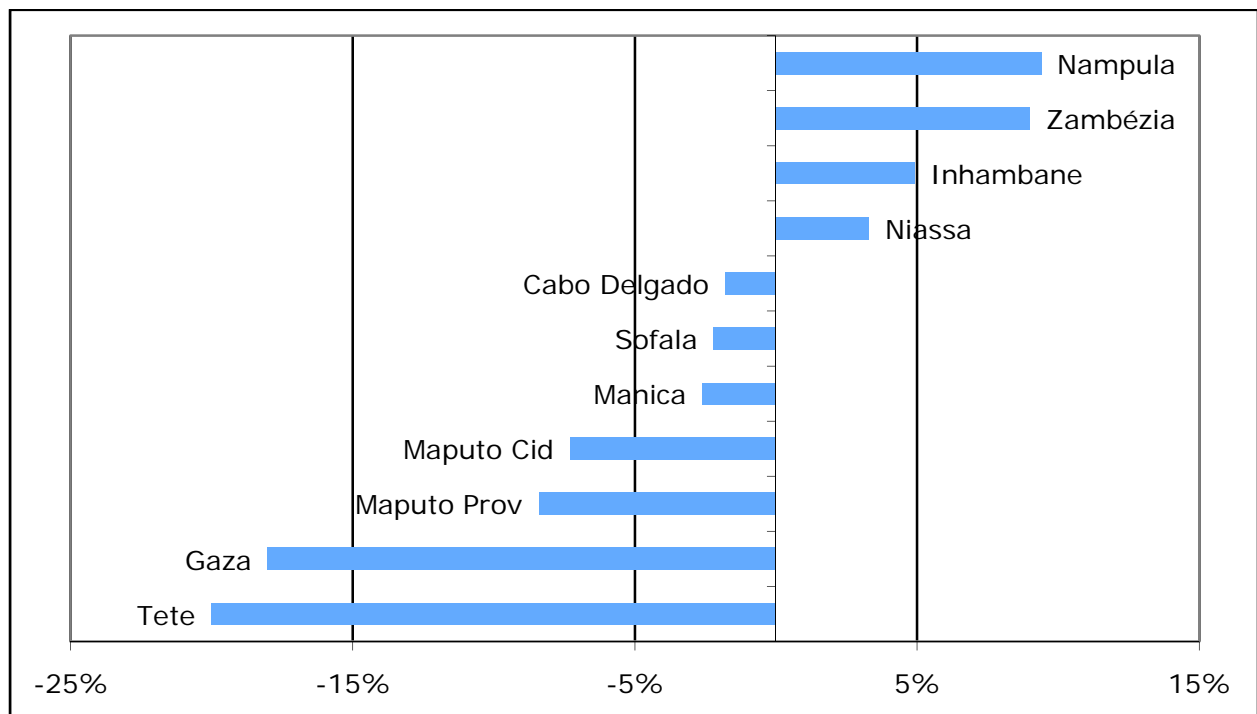


Gráfico 4 - Desvio da abstenção em relação à média - 2004







Av. Patrice Lumumba, 178 - Maputo  
MOÇAMBIQUE

Tel. + 258 21 328894  
Fax + 258 21 328895  
[www.iese.ac.mz](http://www.iese.ac.mz)